

- se melhor equipada para o tratamento da problemática da emigração.

#### V-DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

A constante busca de rigor, de eficiência, e empenho por uma actuação mais rápida, coerente e coordenada, continuaram a marcar a actuação do Governo durante o ano de 1984. Na gestão orçamental tem o Governo esforçado por transformar o princípio do rigor e austeridade em realização prática. Começamos a aplicá-lo na própria elaboração do orçamento onde se procura conter o aumento de despesas de um ano para outro. Assim, por exemplo, tínhamos proposto crescimento "0" para o orçamento de 1985.

Quanto à execução do orçamento aprovado, o Governo tem procurado agir de modo a reduzir ao mínimo o seu déficit, a garantir o seu equilíbrio. O orçamento de 1984 previa um déficit de 504.000 contos que o Governo procurou reduzir decidindo em Conselho de Ministros fixar em 90% o plafond de realização. Os dados provisórios relativos à cobrança de receitas em 1984 levam a situá-las em 1.947,956 contos, o que representa um aumento de mais de 20% em relação ao ano anterior, e as despesas em 2.077.955 contos reduzindo-se assim o déficit em cerca de 130.000 contos. Foi importante o aumento de receitas verificado esse ano, sobretudo no que respeita aos rendimentos de propriedade que ascenderam a 303 mil contos, contra 160 mil contos em 1983. Estamos convencidos que a revisão das leis fiscais, em preparação, e maior eficiência do controlo e da fiscalização no sector, melhorarão substancialmente a situação das finanças públicas.

Não queremos deixar de ressaltar um facto que nos parece importante. A modéstia dos recursos próprios e a nossa vontade de prosseguir uma política de rigor orçamental, tanto quanto possível, chocam com as prementes necessidades ditadas pelo esforço de edificação do Estado para que este possa assumir cabalmente o seu papel de promotor do progresso e bem estar

do povo caboverdiano. Efectivamente, é grande o esforço de investimento, procuramos avançar sumultânea e coordenadamente em todas as frentes do progresso, apelamos continuamente para mais eficiência do estado mas, nem sempre, temos sido capazes de facultar aos serviços responsáveis pelos programas nacionais, os meios indispensáveis para o seu funcionamento normal. Esta é uma questão sobre a qual importa pensar, pois que sendo notável a contradição entre a modéstia dos nossos recursos e a magnitude das necessidades temos que procurar a melhor maneira de minimizar os efeitos bloqueadores da carência de meios financeiros e materiais do aparelho do Estado.

#### A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA 1984

O montante dos investimentos realizados em 1984 atingiu mais ou menos 4.500.000 contos, ou seja, 60,76% da previsão e o volume do emprego na sua execução foi de 26.278 em média ao longo do ano, o que representa 84,5% do previsto.

1) No sector de Desenvolvimento Rural, a taxa de realização dos investimentos em relação à previsão foi de 71%. Os investimentos realizados nesse sector aumentaram de 47% em relação ao ano anterior, triplicando em particular no sub-sector dos projectos de infraestruturas e meios de apoio dos serviços. No domínio do emprego, a taxa de realização foi 96%.

2) No sector das Pescas a taxa de realização dos investimentos em relação à previsão foi de 38% (59% no sub-sector da pesca artesanal, 37% no sub-sector da pesca industrial). Em relação aos investimentos realizados em 1983, o sector viu os seus investimentos crescer de 33%.

3) No sector da indústria e artesanato a taxa de realização dos investimentos previstos foi de 69%. Contudo, em relação ao ano de 1983, os investimentos realizados diminuíram de 83% em preços correntes.

4) No sector da energia e dessalinização a taxa de realização dos investimentos foi de 52%. Neste sector diminuíram também os investimentos em relação ao ano anterior de 37% em preços correntes.

5) No sector Construção e Obras Públicas a taxa de realização foi de 24%.

6) No sector dos Transportes e Comunicações a taxa de realização dos investimentos foi de 65% sendo de 73% para o sub-sector "Estradas e Transportes Rodoviários", 33% para o sub-sector "Portos e Transportes Marítimos", 31% para o sub-sector "Aeroportos e Transportes Aéreos" e 113% para o sub-sector "Correios e Telecomunicações": a taxa de realização do Emprego atingiu um nível próximo do previsto: 88% no conjunto e 91% na construção de estradas que proporciona a maior parte dos empregos do sector.

Em relação a 1983, os investimentos no sector dos Transportes e Comunicações foram multiplicados por um coeficiente de 2,33 em preços correntes.

7) No Comércio, a taxa de realização dos investimentos foi de 56%. A diminuição dos investimentos de 50% em preços correntes em relação ao ano anterior decorre da conclusão em 1983 do projecto dos "Silos do Porto da Praia".

8) No Turismo a taxa de realização foi de 37%.

9) No sector Educação-Formação a taxa de realização foi de 66%. Em relação ao ano de 1983, os investimentos aumentaram de 10% a preços correntes.

10) No sector da saúde o coeficiente de realização foi de 43%. Em relação a 1983, o montante dos investimentos no sector diminuiu de 14% a preços correntes:

11) No sector Habitação, Urbanismo e Saneamento Básico, a taxa de realização foi de apenas 43%, sendo de 63% para o sub-sector "Habitação, 58% para o sub-sector "Urbanis-

mo" e 12% para o sub-sector do "Saneamento básico" devido aos atrasos verificados no arranque dos projectos dos planos sanitários da Praia e do Mindelo;

12) Na Administração a taxa de realização foi de 71%, sendo de 79% para o sub-sector "construções e instalações administrativas", de 34% para o sub-sector "transferências e participações financeiras". 100% para o sub-sector "estudos e equipamentos" e 61% para o sub-sector da "comunicação social".

Do ponto de vista da distribuição dos investimentos realizados por sectores, o sector dos transportes e comunicações ocupa o primeiro lugar com 33,6%. O sector do desenvolvimento rural ocupa o segundo lugar com 26% dos investimentos. Em terceiro lugar, temos o sector da administração com 10,45%. O conjunto desses três sectores concentra assim mais de 70% dos investimentos. Seguem os sectores de educação com 6,8%, Indústria 5,3%, Energia 4,5%, etc...

Em resumo, a taxa de realização do programa de investimentos diminuiu em relação à do ano de 1983, verificando-se uma diminuição do montante total dos investimentos de 10% em preços constantes em relação ao ano anterior.

A principal causa da diminuição constatada reside no nível extremamente baixo dos investimentos realizados no sector industrial após a conclusão dos estaleiros navais. Em segundo lugar concorrem para este resultado os sectores da energia = dessalinização, comércio e habitação-urbanismo-saneamento em que o investimento continuou a baixar em 1984.

Diversas razões explicam esses resultados em primeiro lugar, o fim da realização em 1983 de alguns grandes projectos como os estaleiros navais, a estação de endimento de gás butano, os silos do Porto da Praia que, pela importância do investimento realizado, sobretudo se comparado com a dimensão do nosso PIB, provocaram um grande empolamento em alguns sectores;

Em segundo lugar, verificou-se o atraso na execução de alguns projectos, como o aeroporto do Sal, os planos sanitários da Praia e Mindelo, a Electrificação da cidade da Praia, etc.

Em terceiro lugar, alguns dos projectos inscritos no plano precisavam ainda ser convenientemente elaborados e discutidos com financiadores externos. Esse processo enfrentou dificuldades e demoras que não era possível prever no momento de elaboração do plano, não tendo sido fácil em alguns casos transformar as ideias em projectos e, noutros, passar do projecto à fase de execução.

Não obstante, esta redução do ritmo de crescimento dos investimentos verificada não deixa de preocupar o Governo, porque se não formos capazes de melhorar a eficiência da elaboração, discussão do financiamento, execução e acompanhamento dos projectos, poderá conduzir a uma diminuição do ritmo de crescimento da nossa economia.

Outro sector que tem merecido constante preocupação do Governo no que toca à eficiência, é o Sector Empresarial do Estado. Este Sector adquiriu já, entre nós, um peso relevante, quer seja analisado na perspectiva da sua contribuição para o Produto Interno Bruto, quer ainda no que se refere aos salários distribuídos. Por exemplo, já em 81/82/83 a média da sua participação do PIB atingia 32,1%. Em 1983, foi 36,9%. Padece, contudo, de alguns problemas importantes.

A produtividade, enquanto tenha melhorado em alguns ramos de actividade, continua a apresentar valores baixos em termos reais. Isso tem resultado seja de problemas estruturais decorrentes nomeadamente da subutilização da capacidade instalada e do excesso de pessoal, seja de problemas conjunturais. A situação financeira do sector vem sofrendo uma certa degradação que, no concernente aos problemas de liquidez, parece advir seja de dificuldades de escoamento da produção e dificuldades financeiras de alguns clientes, seja da existência de estruturas relativamente rígidas e inadequadas. O Estado é até

certo ponto co-responsável por essa situação, já que nem sempre cumpriu adequadamente as suas obrigações de acionistas.

No que diz respeito aos resultados líquidos, há empresas em situação perfeitamente satisfatória mas outras têm acumulado déficit de exploração.

No que concerne à rentabilidade comercial, o sector tem na generalidade apresentado taxas positivas. Em matéria de rentabilidade económica algumas apresentam já índices superiores à taxa básica de desconto do BCV, constituindo portanto uma boa aplicação de capitais.

A estas constatações sobre a situação económica e financeira das empresas que integram o SEE-Não Financeiro impõe-se acrescentar outras já identificadas e que é urgente ultrapassar: Insuficiência de dotação de capitais estatutários; Ausência de tradição empresarial; falta de gestores experimentados; Deficiências de organização e gestão; Insipiência dos Órgãos de fiscalização e apoio ao sector; Ausência da organização e definição de critérios quantificáveis de avaliação da rentabilidade; Deficiência de instrumentos e definição de uma política financeira global e coerente para o sector.

Tendo presente este quadro de referências e convencido de que se impõe antes de mais a adopção de medidas visando o saneamento das empresas em situação difícil, de par com a reestruturação e/ou reconversão, lá onde se mostrar conveniente, o Governo reforçou o exercício do acompanhamento e controlo da gestão das empresas pelas tutelas respectivas e, visando uma análise global da situação, criou um grupo de trabalho encarregado de preparar um estudo da situação para melhor fundamentação das medidas a tomar.

Pensamos que se mostra aconselhável que o acesso aos meios financeiros indispensáveis aos programas de viabilização se faça no âmbito de contratos-programa que fixem objectivos e metas a atingir pela gestão. No que a esta diz respeito, é de se optar pela sua profissionalização, tendo em vista a plena res-

.../...

ponsabilização dos órgãos de gerência, pelo desempenho da sua empresa.

Finalmente pensamos que uma atenção especial deve merecer do Governo a questão do aproveitamento e racionalização dos mecanismos de articulação das empresas públicas com a Administração, com vista a uma mais correcta definição de políticas e programas e a um mais cabal acompanhamento, controlo e coordenação do sector empresarial do Estado.

Camarada Presidente,

Não queiria terminar este relatório, sen me referir, ainda que muito brevemente a acção do Governo como um todo. Continuamos a tomar medidas conducentes à progressiva realização das metas que o Governo se propõe no programa quanto à sua própria actuação:

- Melhoria da coordenação ministerial;
- Melhoria da estruturação e funcionamento dos serviços da Administração Central;
- Melhoria dos serviços de apoio ao Governo e ao Conselho de Ministros.

Neste sentido, podemos dizer que dispendeu-se um apreciável esforço ao longo do ano de 1984. Publicaram-se algumas leis orgânicas de serviços centrais, o que esclareceu a competência e o âmbito de actuação de sectores importantes do Governo. O Conselho de Ministros, no quadro das suas funções de direcção e coordenação da vida política e administrativa do país, reuniu-se regularmente em sessões semanais tendo desenvolvido intensa actividade não só em termos de decisões tomadas mas também dos diplomas aprovados.

O Conselho Interministerial dos Assuntos Económicos e Plano reuniu-se regularmente, assessorando o trabalho do Conselho de Ministros com bastante eficácia.

Visando imprimir uma nova dinâmica aos serviços de a-

poio ao Chefe do Governo e ao Conselho reorganizou-se o Gabinete do Primeiro Ministro e a Secretaria Geral do Governo, criando um serviço de Assessoria e serviços de coordenação e documentação.

Tentou-se manter sempre presentes os princípios de colegialidade e coordenação a fim de maximizar os resultados do esforço de todos e de cada um dos membros do Conselho para melhor solução dos problemas do país.